



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso Especial

666/2001-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério

Público da União no DF - Ano XIV - Nº 27 - Setembro de 2005



Tempo de Renascer

O PCS volta com força total

Págs. 5,6 e 7

Entrevista:
Flávio Dino
Págs. 8 a 11

Referendo -
contra ou a favor
Págs. 16 a 18

Serviço: cuidados
no financiamento
Págs. 22 e 23



MARCELLO CASAL JR. - ABF

Independência – um grito nasce de muitas vozes

A independência do Brasil pode ser medida e celebrada quando percebemos sua presença na vida cotidiana de cada brasileiro.

É quando independência se traduz na barriga cheia, no espírito pleno, no prazer de morar com dignidade, com saúde, ambiente limpo e cidadania ativa.

Um grau de independência que se mede no individual e no coletivo. No institucional e no pessoal.

A independência viva das ruas com maior liberdade econômica, fraternidade social, responsabilidade nos deveres e igualdade de direitos.

Essa proclamação construída na luta de todo dia refaz o compromisso da independência a cada 7 de setembro.

Independência capaz de inventar um grito novo como resposta, segundo o momento e as circunstâncias.

Independência prática e praticada. Rede de alianças.



LINDOMAR CRUZ-ABI

Pacto de gente comum para garantir conquistas e ampliar metas.

Independência construída nas muitas vozes independentes. É quando a gente consegue alterar o que está ao nosso alcance; quando melhoramos nossas relações no trabalho; revitalizamos nosso lugar; ampliamos nosso acesso às artes e cultura; encontramos ferramentas para expressar opiniões e modos de viver; mantemos, com dignidade, nossa família; avançamos na justiça, mesmo em pequenos gestos solidários.

Dessas muitas vozes, compomos o novo grito.

Proclamação de todo dia. Na eterna luta da vida contra a dependência, que é morte.

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
ClEDO de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Mangueira Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Revisora

Ana Paula Cusinato

Projeto Gráfico

Extrema Comunicação - 3033-5255

Tiragem

10.000 exemplares

Capa

Montagem sobre foto de Valter Campanato - ABR

Sensacionalismo da imprensa

Como dizia Hannah Arent, dizer a verdade dos fatos abrange muito mais do que a informação diária suprida pelos jornalistas. A busca da verdade requer descompromisso com governos ou oposições, com partidos ou classes, isenção no interesse pessoal no pensamento e no julgamento.

Esse tema é de grande importância para os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público que, além de serem atingidos como leitores e formadores de opinião, ultimamente tem sido, também, vítimas da informação desvirtuada sobre a remuneração da categoria. Isso no momento em que foi enviado o PCS do Judiciário ao Congresso Nacional.

Vender notícia é o que está em jogo. E para que os grandes investidores, nacionais e internacionais, continuem financiando os veículos de comunicação não pode existir o jornalismo romântico e utópico ensinado nas universidades de que o profissional deve lutar sempre para informar com isenção.

Não é de agora que a imprensa resolve implicar com reivindicações de categorias ou movimentos sociais. Isso ocorreu na época da aprovação dos nossos PCS anteriores, durante a votação do reajuste da GAJ, reforma da previdência, na greve dos petroleiros, na tentativa de marginalizar o Movimento dos Sem-Terra.

O professor Antônio da Silva Câmara, Departamento de Sociologia/Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, percebeu a mudança pela imprensa da divulgação dos movimentos sociais. "Contrariando a sua definição ideológica de relatar a realidade imediata, a imprensa divulga, recria e reinventa os fatos relativos aos movimentos sociais, adquirindo o caráter de um falso sujeito social. Isto ocorre, pois ao revelar certos aspectos das lutas sociais, outros são ocultados; ao acentuar determinados ângulos da informação outros são suprimidos em função tanto de interesses mercadológicos quanto de compromissos políticos dos proprietários dos meios midiáticos", destacou.

Antônio da Silva, em artigo no site ComCiência, diz que não leva em consideração os comportamentos anti-éticos de jornalistas que interferem no curso dos próprios movimentos objetivando sucesso pessoal. "No entanto, é disseminada a prática de construírem-se imagens de movimentos sociais que não correspondam à imagem que eles fazem de si mesmos e que podem contribuir, inclusive, na mudança de rumos", comentou.

O professor cita que a necessidade de financiamento de parte dos patrocinadores impede as empresas de praticarem um jornalismo independente e autônomo. "Mesmo em países desenvolvidos como a França, apenas um jornal de tiragem mensal - Le Monde Diplomatique - têm mantido uma postura crítica e independente, isso porque sobrevive enquanto uma associação de jornalistas financiada quase que inteiramente pelos seus assinantes", citou.

A verdade permanece exposta a todos os perigos provenientes do poderio político e econômico. As probabilidades de que a verdade prevaleça em público dependem do fortalecimento das instituições democráticas, da criação de uma rede de proteção da imprensa contra o poder governamental e financista e a ampliação do número de formadores de opinião que sejam capazes de promover uma análise crítica do que é publicado. ■



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Constituinte, revisão ou participação popular?

Ao final de um dos ensaios que compõem o livro *"Crises da República"*, Hannah Arendt se refere à reserva de confiança que grandes nações acumulam, para poderem, em momentos de tumulto, procederem a processos de mudança, sem sucumbirem aos desastros e ao fracasso institucional, em seu presente político. Ela alude à emergência, característica dessas conjunturas, salientando que é a energia galvanizada pela idoneidade de homens e de suas associações, que vai fazer aflorar o legítimo

exercício do poder e da autoridade, para o uso de instrumentos tradicionais que permitam a recuperação das instituições e a possibilidade de encarar o futuro.

A lição da grande pensadora parece ser dirigida à realidade atual do Brasil, engolfado numa crise cujos contornos são ainda imprecisos, mas que nem de longe alcançam a dimensão de crise republicana, uma vez que as instituições continuam funcionando regularmente, a economia se mantém estável e o presente político não apresenta sinais de ruptura que afronte o quadro jurídico do País.

Com efeito, toda a reserva utópica levada ao debate constituinte de 1988 dá substância a uma Constituição que foi a garantia de uma transição política pactuada, na passagem do regime de exceção, materializado numa ditadura militar, para o regime democrático, tornando-se, assim, a expressão de sua legitimidade e modo de institucionalização.

Por isso soa estranho, neste momento, a investida ruidosa de propostas lançadas pela interpretação apressada, ainda que com boa intenção, de que a emergência é institucional, quando na verdade, o que ela revela, como diz Hannah Arendt, é *"a inidoneidade dos homens, propensos a aquiescer, se não a sucumbir à iniquidade"*.

Entre tais propostas, ressalta-se a convocação de uma nova Constituinte, autônoma e exclusiva (sugestão inicial, felizmen-

te abandonada, feita pelo Presidente do Conselho federal da OAB); a iniciativa, no âmbito do Parlamento, de atualizar antiga proposta, apresentada em 1997, de convocação de Assembléia Nacional Constituinte, com poderes limitados, para operar uma revisão política (contra a qual, naquela ocasião, me manifestei em depoimento na audiência pública convocada pela Comissão Mista para exame da proposta); e Emenda à Constituição (PEC nº 157/2003), convocando Assembléia de Revisão Constitucional, a ser instalada em 1º de janeiro de 2007, para funcionar pelo prazo máximo de 12 meses, discutir unicameralmente a matéria objeto de revisão, aprovar o texto de revisão por maioria absoluta de votos de cada uma das Casas, promulgar o texto após aprovação popular por meio de referendo e com a salvaguarda das cláusulas pétreas (art. 60, 4º), dos Direitos e Garantias Fundamentais e dos Direitos Sociais.

Contra todas essas propostas a tomada de posição de importantes juristas se fez de modo firme e procedente. Por todas as objeções, vale por em relevo o posicionamento de Paulo Bonavides em entrevista de grande repercussão, na Folha de São Paulo, de 15/8/05 (A 14). Para o notável jurista, que trouxe para o Direito Constitucional a perspectiva da democracia participativa, essas iniciativas tomam a expressão de golpe con-

tra a Constituição, provocando instabilidade institucional, abrindo a possibilidade de desconstitucionalização do País, por causa da vulnerabilização de seu potencial democrático. Para ele, a mudança possível, na transição constitucional, é *"no sentido de transformar a democracia direta em democracia mais participativa, dando mais poder ao povo, mais presença deste na legitimação das tarefas de governo"*.

É nessa mesma linha de entendimento que se coloca Fábio Konder Comparato, presidente da Comissão de Defesa da Democracia e da República, do Conselho Federal da OAB, a qual tenho o privilégio de integrar. Para Comparato, é o controle social, por meio da participação popular, com o uso dos meios previstos na própria Constituição – o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular – o melhor instrumento para construir uma opção republicana de enfrentamento da crise. Daí a proposta desenvolvida no seio da Comissão da OAB de *"reforçar por emenda constitucional o poder do povo de decidir por plebiscito todas as políticas sociais e econômicas, questões acerca da alienação do patrimônio nacional e tratados internacionais, revogar mandatos eletivos e incentivar as leis de iniciativa popular"*, atribuindo mais responsabilidade à participação popular na gestão e na decisão dos rumos do País e realizando uma democracia mais autêntica. ■

"Toda a reserva utópica levada ao debate constituinte de 1988 dá substância a uma Constituição que foi a garantia de uma transição política pactuada, na passagem do regime de exceção, materializado numa ditadura militar, para o regime democrático, tornando-se, assim, a expressão de sua legitimidade"



Outubro será o mês de jornada de lutas pelos PCS

Historicamente outubro é um mês de lutas. Para nossa categoria esse ano também será. Manifestações, paralisações e até mesmo uma greve está sendo preparada para garantir a aprovação dos PCS do Judiciário e do MPU.

Um cenário negativo assola o Brasil de maneira gigantesca e dá a impressão de, assim como uma bola de neve, crescer a cada dia com novos acontecimentos. São CPLs investigando desvios

de verbas, cassação de parlamentares, pagamentos de mensalão, cobranças de propinas, renúncia do presidente da Câmara em meio a denúncias de corrupção e várias apurações de nomeações em cargos públicos como moeda de troca para favores políticos. Situações que levam o trabalhador brasileiro a um desconsolo e, ao mesmo tempo, à esperança de que as apurações cheguem ao final o mais rapidamente possível.

É nesta conjuntura, bastante adversa para o conjunto dos trabalhadores, que o Sindjus está lutando pela revisão dos atuais PCS do Judiciário e do Ministério Público. Será preciso mostrar aos parlamentares que essa luta é para recompor o nosso poder aquisitivo, corroído por uma política econômica recessiva, que sacrifica salários para pagar a dívida externa, tenta manter a qualquer custo os percentuais de superávit primário e emperra a capacidade de investimento do Estado.



Carreira	Vencimento Inicial	Diferença R\$ Com Analista Judiciário	Vencimento Final	Diferença R\$ Com Analista Judiciário
Analista Judiciário*	4.034,63	0,00	6.512,07	0,00
Delegado/perito/censor- PF	8.355,42	(4.320,79)	11.083,19	(4.571,12)
Inspetor/Analista-Imprensa Nacional	5.930,08	(1.895,45)	8.391,44	(1.879,37)
Auditor Fiscal/Trabalho/Previdencia	7.531,15	(3.496,52)	9.928,31	(3.416,24)
Analista Banco Central	6.926,49	(2.891,86)	9.333,13	(2.821,06)
Analista - TCU	8.024,62	(3.989,99)	11.149,70	(4.637,63)
Analista - Senado Federal	9.203,63	(5.169,00)	12.542,22	(6.030,15)

*Salário de Novembro/05

Fonte: MPOG - Boletim Estatístico de Pessoal.

“Um dos desafios enfrentados pelo presidente da comissão, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), foi a missão de designar o relator para a proposta, uma vez que vários parlamentares solicitaram esta função”

Salários superiores

Vamos demonstrar aos congressistas, por exemplo, que a maioria das carreiras de nível superior dos outros poderes tem salários superiores aos que são pagos às carreiras semelhantes no Poder Judiciário, algumas delas mais do que o dobro. Um analista do Senado, por exemplo, ganha, no início da carreira, R\$ 9.203,68. Já um analista judiciário receberá em novembro, R\$ 4.034,63.

O Projeto de Lei (PL) 5845/05 que trata do PCS do Judiciário, encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto, tramita na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. A atuação diária do Sindjus junto à comissão tem permitido constatar que, embora haja dificuldades, a mobilização da categoria, a pressão junto aos parlamentares e o empenho dos presidentes dos tribunais são

fundamentais para a aprovação da proposta.

Um dos desafios enfrentados pelo presidente da comissão, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), foi a missão de designar o relator para a proposta, uma vez que vários parlamentares solicitaram esta função. Entre eles, Marcelo Barbieri (PMDB-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Jovair Arantes (PTB-GO) - relator do PCS anterior - e Clair da Flora Martins (PT-PR).

Reuniões e estudo do PL

O presidente da comissão disse que a partir da designação do relator serão programadas reuniões com os ministros Nelson Jobim (presidente do STF), Vantuil Abdala (presidente do TST) e Edson Vidigal (do STJ). Com essa afirmação, ele demonstra a importância do envolvimento dos presidentes para acelerar a discussão sobre o tema e sua consequente tramitação.

"O PL será estudado amplamente pelos membros da comissão, mas a preocupação maior se dá com o ajuste orçamentário que possa permitir o aumento dos servidores", enfatizou ele. O deputado Henrique Eduardo Alves alega que quer fazer com que o texto seja aprovado de forma a não enfrentar en-

traves posteriores.

"Um problema que já foi mencionado em algumas conversas é a questão orçamentária. O próprio governo tem relutância em relação à proposta, então é necessário fazer um levantamento de custos e um planejamento real. O relatório a ser aprovado por essa comissão precisa ser exequível, pois nem nós estamos interessados em aprovar um PL que posteriormente terá problemas nas demais comissões, sobretudo a de Finanças, nem os servidores pretendem ver sua proposta de PCS se transformar numa matéria cuja tramitação na Câmara seja tão demorada", afirmou ele.

Apesar da posição do presidente, cabe à comissão de Tra-

balho analisar o mérito da proposta e não o impacto financeiro que terá sobre o orçamento da União - o que é função da comissão de Finanças e Tributação da Câmara, para onde o texto será remetido após ser apreciado pela comissão de Trabalho. O que não justifica a demora da tramitação do projeto na comissão.

A aprovação da nova lei não será uma tarefa fácil e requer, dos servidores, a intensificação de um árduo caminho de luta e mobilizações. Afinal, a história do Sindjus mostra que nenhuma de nossas vitórias foi obtida sem que houvesse forte mobilização da categoria. Daí a responsabilidade de cada um nessa tarefa.

"A aprovação da nova lei não será uma tarefa fácil e requer, dos servidores, a intensificação de um árduo caminho de luta e mobilizações"

PCS do MPU ainda não foi encaminhado

Apesar da promessa de ser enviado ao Congresso Nacional no mesmo período que o PCS do Judiciário, o PCS do Ministério Público da União continua parado na Procuradoria-Geral da República, o que atrasa a perspectiva de melhoras para dos servidores e faz com que o projeto, ao chegar ao Congresso, caminhe em ritmo desproporcional ao do Judiciário - na Câ-

mara desde 31 de agosto.

O motivo da demora é a resistência do Procurador-Geral da República em dar continuidade às negociações sobre o novo PCS enquanto não é solucionado o impasse referente ao limite de gastos com pessoal do MPDFT. O que pode gerar consequências tidas como desastrosas para a categoria.

O problema passa pela po-

lêmica que envolve a delimitação do percentual de limite orçamentário conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no decreto 3.917 de 2002. O decreto regulamenta - dentro dos 40,9% de limite orçamentário para o Executivo na LRF, 3% para despesas com pessoal do TJDF,

MPDFT, e com os servidores do Distrito Federal e dos ex-territórios de Roraima e Amapá.

Caso antigo

A polêmica já dura alguns anos. Como é do conhecimento geral, o MPDFT integra o Ministério Público da União, nos exatos termos das disposições do artigo 128 da Constituição Federal. Ocorre que, no artigo 21 da Constituição, consta que compete à União organizar e manter o

MPDFT, além de outras instituições com atuação no DF.

O Sindjus, ciente das dificuldades existentes, fará todos os esforços necessários na defesa dos interesses dos seus associados, para que o MPDFT seja destinatário de uma dotação orçamentária digna do seu

papel constitucional.

No entanto, temos a convicção de que a polêmica não é impedimento para o encaminhamento do novo PCS do MPU ao Congresso Nacional, pois a forma correta é fazer o cálculo com base no percentual geral destinado ao MPU.



Por uma Justiça mais eficiente e participativa

Criado há três meses, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contabiliza mais de 200 processos, com pedido de avaliação de temas que abordam desde o nepotismo no Judiciário a apelos para que os conselheiros intercedam junto aos Estados na melhoria de condições de sistemas carcerários. Na coordenação desse trabalho, o secretário-geral do CNJ, Flávio Dino, alerta para o fato de que o conselho planeja políticas voltadas para os usuários, mas os usuários somente sentirão o impacto dessas políticas na medida em que as instâncias de execução da atividade fim, que são os tribunais, se apropriarem disso. O esforço, na ótica de Flávio Dino, tem o sentido de levar a um maior poder participativo.

Também coordenador do levantamento intitulado *Justiça em Números*, prestes a ser realizado em sua segunda edição, Dino falou sobre como o Judiciário é revelado a partir dessas estatísticas, que mostram a necessidade de uma reforma processual e de serem adotados menos formalismos. Também falou sobre a forma como ele vê o trabalho dos servidores, sobretudo na participação das sentenças dadas pelos juízes, em todas as instâncias.

“Em 2003, as estatísticas registraram que dei 4 mil sentenças. Na verdade só chancelei. Foi a minha equipe quem deu as quatro mil sentenças e isso é importante ser registrado”.

REVISTA DO SINDJUS: O levantamento *Justiça em Números* foi coordenado pelo senhor. Quais foram, em sua opinião, os pontos mais reveladores da pesquisa?

FLÁVIO DINO: A direta relação entre a eficiência do sistema judicial e as regras do jogo judiciário. Chegamos à constatação que a Justiça do Trabalho era que tinha, em 2003 (época dos dados avaliados pela pesquisa), taxa de congestionamento mais baixa e mais alto grau de resolução das demandas. O que está diretamente relacionado a dois aspectos. Primeiro, uma estrutura que cresceu fantásticamente no período pós-constituição de 1988, em razão da exigência constitucional de um TRT por estado - o que elevou de 15 para 24 os tribunais regionais do Trabalho no País. Depois, pelas regras processu-

ais, extremamente simplificadas. A soma destes dois aspectos leva a índices muito mais favoráveis do que nos demais órgãos do Judiciário.

RS: Como ficam os demais índices?

FD: A Justiça Federal tem um congestionamento mais alto, apresenta níveis de reversibilidade mais baixos e eficiência mais baixa. E aí encontramos duas características, opostas às da Justiça do Trabalho, que são: uma estrutura extremamente pequena diante da carga de trabalho e um sistema processual complexo. Com a criação dos TRFs se pulou de 27 julgadores (os ministros do Tribunal Federal de Recursos) para 139 julgadores. Foi um salto grande, mas infelizmente muito inferior ao crescimento da demanda que a Justiça Federal teve nos anos 90. Sem falar que na Justiça Federal

temos um sistema processual extremamente complexo, em razão da aplicação universal do código de processo civil e também dos privilégios, das prerrogativas da Fazenda pública. No meio do caminho fica a Justiça Estadual, que faz um patamar intermediário entre as duas.

RS: Que conclusão o senhor pode tirar dessa análise?

FD: A de que se queremos atacar a morosidade processual, temos que enfrentar simultaneamente os dois aspectos. É falso dizer que o mero incremento de estrutura resolve o problema - mais juízes, mais funcionários e mais prédios. Mas também é igualmente falso dizer que não é necessário se ter mais juízes, mais funcionários, mais prédios. Você não pode afirmar que isso precise ser visto amplamente. Precisamos fazer essa reestruturação tópica em alguns

lugares e, por outro lado, mudar as regras do jogo. Se não adotarmos tais alternativas, não vamos alcançar níveis bons de eficiência e desenvolveremos alternativas inviáveis do ponto de vista político, porque se mostrarão inviáveis do ponto de vista econômico e financeiro.

RS: O que o senhor quer dizer com um sistema processual mais leve?

FD: Menos formalismos e menos recursos, sobretudo. Em dezembro passado foi divulgado um pacto de Estado entre chefes de poderes, quando foram apresentados 23 projetos de lei alterando a legislação processual - o que seria um complemento da reforma constitucional do Judiciário. Com isso, a leveza do sistema processual estaria garantida, num modelo bastante parecido com o utilizado atualmente pela justiça do Trabalho.

RS: Como seria esse modelo?

FD: Os agravos, que são os recursos tratados por decisões não definitivas, ficariam retidos dentro dos autos e só seriam analisados pelo Tribunal Regional Federal ou pelo Tribunal de Justiça, quando do exame da apelação. Um processo, hoje, funciona como se fosse um animal bastante fértil, porque gera vários filhos e um deles é justamente o agravo. A proposta visa, então, restringir severamente os agravos e tornar a apelação - o recurso contra a sentença - como regra apenas com efeito devolutivo - quer dizer, a existência da apelação não sustentaria a possibilidade de, na primeira instância se iniciar a execução.

Um terceiro plano seria a remoção dos privilégios da Fazenda Pública - apenas manterí-

amos na nossa proposta o prazo de dobro do período para se contestar, mas não haveria nenhum prazo especial para se recorrer. Um quarto elemento seria a existência ou uma generalização de filtros do processo, numa instância superior. Hoje temos um tratamento de ações repetitivas que é irracional e pesa brutalmente num tribunal como o STF ou como o STJ. Seria criado, então, um sistema segundo o qual o Supremo ou o STJ julgariam entre um ou dez exemplares de uma determinada controvérsia jurídica. E essa decisão seria de observância obrigatória pelas instâncias ordinárias.

RS: Isso não seria o mesmo que a súmula vinculante?

FD: Não. É mais ágil do que a súmula vinculante e tem um detalhe: faz com que os processos sequer subam, quando forem encaminhados com recursos repetitivos. Isso difere da súmula, porque esses processos não seriam admitidos, ficariam retidos na origem.

RS: Como fazer para que essa reforma processual seja rapidamente aprovada, sem demorar tanto como demorou a reforma do Judiciário?

FD: Quando montamos todo esse cenário, havia uma variável no meio do caminho que não estava compatibilizada, que era a crise política. Nossa expectativa inicial era de que, sendo a emenda 45 (da Reforma do Judiciário) promulgada em dezembro de 2004, seria constituída em seguida uma comissão mista especial de deputados e senadores para fazer a reforma processual em 180 dias. Obviamente sabíamos que o CNJ seria instalado. Então havia uma estratégia de



Flávio Dino de Castro e Costa, secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

começo, meio e fim. Nosso horizonte era de que até junho deste ano tivéssemos a reforma processual aprovada, em grande parte. Infelizmente, a comissão mista especial criada para isso nunca funcionou efetivamente. Estamos retomando isso tudo.

RS: Essa tarefa que o senhor mencionou, que levará a uma reforma processual, é mais relacionada ao Legislativo. O Judiciário tem um plano próprio para que, no caso disso tudo demorar, existam alternativas

para que se consiga uma aceleração do processo?

FD: Na verdade temos, frente ao universo, ações que são simultâneas. No terreno constitucional, representado pela aprovação da emenda 45, há um pedaço da reforma que voltou para a Câmara - mas que não é, na minha ótica, substantivo. Há a parte da reforma legal - que é a reforma processual. E o terceiro plano de ação é o que se convencionou chamar de reforma de gestão, reforma administrativa gerencial, cujo núcleo fundamen-



“As pessoas quando participam ficam comprometidas com o dia seguinte”

tal é exatamente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

RS: No *Justiça em Números*, além dos aspectos processuais também foram analisados os aspectos humanos. Ao seu ver, estes se saíram melhor que o aspecto processual?

FD: Como o *Justiça em Números* não fez um exame mais detalhado, não conseguimos aprofundar aspectos porque há

muita dificuldade de obtenção de números. O que eu posso dizer é que, primeiro, seja no que se refere a magistrados seja no tocante a servidores, temos gente bastante qualificada, um ramo profissionalizado, que tem estabilidade em relação ao que se passa na arena política. Sendo assim, as alternâncias normais do modelo do regime democrático não afetam o modelo organizacional do Judiciário e isso é bom para o próprio funcionamen-

to do regime democrático.

No que se refere à quantidade, não conseguimos ainda chegar a uma idéia de onde seria necessário aumentar os recursos humanos. Para estabelecer metas é necessário um trabalho mais analítico, precisamos construir uma série histórica de estatísticas. É por isso que vai sair, até novembro, a segunda edição do *Justiça em Números*, o que permitirá a superação dessa grave deficiência.

RS: Falou-se muito que o *Justiça em Números* seria uma revolução para o Judiciário. Na sua avaliação, o trabalho representa realmente um marco?

FD: O projeto todo tem, primeiramente, uma grande vantagem operacional. É que a partir da emenda 45 é obrigatória sua realização a cada semestre e isso, eu já considero uma revolução. Além disso, os dados levarão a uma cultura de gestão com base em prospecção e cenário de longo curso, partindo da realidade concreta e rompendo com uma excessiva alternância de política na gestão dos tribunais, onde os mandatos são muito curtos. Na medida em que o *Justiça em Números* pereniza estes indicadores de desempenho por determinação constitucional, eu já considero isso uma revolução.

Agora essa revolução pode ser maior na medida em que o trabalho analítico se aprofunde e seja apropriado pelas instâncias de gestão. Não pode ser uma propriedade do CNJ, pelo simples fato de que o conselho não é uma atividade fim, é uma atividade meio. O CNJ planeja políticas voltadas para os usuários, mas os usuários somente sentirão

o impacto destas políticas na medida em que as instâncias de execução da atividade fim do serviço judiciário, que são os tribunais se apropriarem disso. O esforço, desde o início, é de se criar um poder participativo, a partir da definição do que é pesquisado. E esse poder participativo não é uma concessão. As pessoas quando participam ficam comprometidas com o dia seguinte.

RS: O senhor está desenhando o modelo do Judiciário brasileiro, com autonomia de todos os tribunais. Ao mesmo tempo, o senhor fala da uniformização dos procedimentos gerenciais. Como se daria isso?

FD: Vai-se dar como um processo, no sentido de progressão. Não vai funcionar do jeito que está porque há, de fato, um choque bem administrado. Temos um governo organizacional insular, no qual cada tribunal é uma ilha, com sua estrutura, suas políticas, suas experiências, suas práticas e sua direção. O CNJ entra de modo bem transversal no sentido de fazer cortes nesse modelo e introduzir outro, num nível de articulação sistêmica no Judiciário. O que se passa no mundo da atividade jurisdicional, no sentido do andamento dos processos, não se passa no mundo administrativo. Então o CNJ tem que enfrentar essa característica, com visão de negociação, de participação.

RS: O que já começou a ser feito?

FD: O CNJ já teve a oportunidade de emitir algumas decisões bastante emblemáticas, principalmente as referentes à auto-aplicabilidade das férias coletivas e uma decisão referente ao critério de promoção por

merecimento, porque se decidiu que a promoção por merecimento deve acontecer por meio de voto aberto e não mais por voto secreto. A relevância disso é que muda o modo como a carreira da magistratura funciona, organiza-se. E isso, ao dar mais transparência ao processo, faz com que possamos acreditar num critério novo de seleção que resulte em promoções melhores.

RS: Em relação aos processos, como estão ocorrendo as apreciações?

FD: Recebemos 118 demandas de cunho disciplinar, em que entram casos de retardamento de julgamento, de publicação de acórdãos, pedidos de imputação de infração disciplinar a magistrados e servidores e diversos outros. São processos bastante variados, por isso fogem do nosso próprio âmbito de competência.

De outra parte, chegaram 83 projetos que não são de natureza disciplinar. Fazem parte dessa lista processos em que cidadãos, associações ou organismos pedem a emissão de atos regulamentares ou pessoas pedem providências para que o CNJ, de algum modo, interceda para que haja uma alteração da legislação.

RS: E quanto ao tema nepotismo?

FD: Já tivemos duas provocações, ambas com objetivos fundamentais. O primeiro é regulamentar o tema quando não estiver regulamentado. O segundo é uma discussão extremamente difícil do ponto de vista jurídico que é a situação das pessoas investidas anteriormente às proibições. Há acordo em alguns entendimentos de que quem já estava antes da lei poderia ficar,

numa espécie de direito adquirido. Em outros requerimentos, a argumentação é de que não há o direito adquirido e essas situações deveriam cessar imediatamente. É um dos temas mais polêmicos do conselho, de importância indiscutível.

RS: O Sindjus e várias outras instituições estão promovendo o concurso *Novas Idéias* para o Judiciário, que envolve a participação da sociedade. Dentro de toda essa ótica do CNJ de abrir a discussão sobre o Judiciário, como o senhor vê a iniciativa?

FD: Primeiro eu destaco essa dimensão participativa, no sentido de procurar envolver outras pessoas que não os iniciados, no novo debate da questão judiciária no Brasil. A visão de que o Judiciário não é assunto exclusivo de juizes, servidores, bacharéis em direito, advogados etc, é bastante importante. O prêmio tem, primeiro, essa grande virtude. Além disso, aponta uma idéia de continuidade que se casa com a idéia de ruptura. Quando a gente assinala que o CNJ é um elemento de ruptura, de salto qualitativo, isso não significa negar todos os esforços anteriores. Temos uma cultura bastante boa no Judiciário. Conseguimos fazer, nos anos 90, o que nenhum Judiciário do mundo conseguiu - sair da máquina manual para um uso praticamente universal da informática, num período bastante curto. E foi esse salto tecnológico que permitiu que o Judiciário conseguisse administrar a explosão de litigiosos que os anos 90 trouxeram - seja em razão da previsão de novos direitos trazidos pela constituição de 88, seja

pelos efeitos no sistema judicial, das sete ou oito edições dos planos econômicos implementados entre 1986 e 1994. Um prêmio como o *Novas Idéias* recupera essa tradição.

RS: Em sua opinião, as idéias apresentadas ao longo do concurso poderão ser utilizadas pelo Judiciário de modo fácil?

FD: Com toda a certeza. O prêmio *Inovare*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), já está em sua segunda edição e temos trabalhado amplamente com as sugestões apresentadas pelos participantes. O mesmo acontecerá com o *Novas Idéias*.

RS: Dentro do quadro do Judiciário de um modo geral, qual a sua visão sobre os servidores?

FD: É impossível deixar de reconhecer que tudo o que foi feito é resultado do trabalho dos servidores. Quando olhamos o universo de repetição, sabemos que as estatísticas lançadas aos magistrados são, na verdade, da equipe liderada por aqueles magistrados. É rigorosamente impossível que qualquer magistrado - e eu digo isso para qualquer deles, seja qual for a instância judiciária - tenha condições de fazer tudo sozinho. Basta contabilizar o número de processos e sentenças pelo número de horas. Eu mesmo sou exemplo disso. Em 2003, as estatísticas registraram que dei 4 mil sentenças, mas na verdade chancelei 4 mil sentenças. Foi a minha equipe quem deu as quatro mil sentenças e isso é importante ser registrado. ■

"É falso dizer que o mero incremento de estrutura resolve o problema - mais juizes, mais funcionários e mais prédios. Mas também é igualmente falso dizer que não é necessário se ter mais juizes, mais funcionários e mais prédios"

Velhos problemas do Judiciário exigem soluções novas

Quais os principais problemas do Judiciário brasileiro? Apesar de muitas conquistas, os cidadãos ainda reclamam da falta de comunicação entre uma comarca e outra, a demora para que os juízes dêem suas sentenças e as filas grandiosas observadas nos dias em que locais como defensorias públicas e juizados especiais encontram-se lotados, entre outras coisas. As dificuldades passam, até

mesmo, pela falta de informações nos próprios órgãos públicos sobre que tipos de procedimentos pessoas que pretendem mover uma ação devem tomar.

Quando as indagações são feitas junto a um outro patamar da sociedade - o dos advogados particulares, defensores públicos e, até mesmo, funcionários do Judiciário - as dificuldades citadas passam a ser outras, mas não menos importantes: necessidade de mais recursos humanos, maior infra-estrutura (de um modo geral) e opiniões pessoais sobre a cláusula constitucional da razoabilidade de tempo entre o período em que se entra com um processo até o julgamento da sentença. Há, até mesmo, quem critique a existência de tantos acordos em nome da celeridade do Judiciário - o que pode levar as partes a saírem dos tribunais insatisfeitas.

A verdade é que, mesmo com os avanços obtidos ao longo da década de 90 até agora, quando tribunais foram informatizados e se ampliou a quantidade de servidores, juízes e defensores públicos, ainda são grandes as demandas existentes e, por consequência, os problemas. Na Defensoria Pública do DF, por exemplo, são atendidas cerca de 249 mil pessoas por ano, o que equivale a uma média de 800 atendimentos por dia.

Segundo o sub-diretor da Defensoria Pública do DF, Fernando Calmon, a situação caminha bem no tocante ao acesso à Jus-

tiça e a fase pré-processual - quando se procura a defensoria ou um advogado e se dá entrada em uma ação. Na opinião de Calmon, os problemas começam, mesmo, é na fase processual, quando são percorridos os demais trâmites. "A tradução das pretensões de cada pessoa é que é um grande gargalo" enfatizou ele.

vogado Fabiano Santos, por exemplo, acredita que hoje em dia, numa forma de acabar com a morosidade da Justiça, os próprios advogados das partes insistem em chegar a acordos que muitas vezes não representam um resultado condizente com o que estas pessoas almejam. Santos acha que nesses casos,

"A verdade é que, mesmo com os avanços obtidos ao longo da década de 90 até agora, quando tribunais foram informatizados e se ampliou a quantidade de servidores, juízes e defensores públicos, ainda são grandes as demandas existentes e, por consequência, os problemas"



A dona de casa Elvira Costa, do Riacho Fundo II, pede a guarda da irmã

Para o sub-diretor, o quadro não é o mesmo, por exemplo, quando os cidadãos precisam dar entrada de tutelas de emergência. Na defensoria pública do DF, por exemplo, os impetrantes destes casos já saem com uma tutela distribuída imediatamente ao Judiciário (em geral, são casos em que se trata de questões de vida ou morte de terceiros).

Acordos judiciais - Outro fator visto com cautela é a existência de muitos acordos. O ad-

muitas vezes, as partes não saem satisfeitas.

"Nem sempre julgar bem é julgar rápido", afirmou o defensor Fernando Calmon, de opinião semelhante, que alertou, como consequência desse tipo de procedimento, para o fato de o Estado considerar menores problemas que são tidos como de fundamental importância para as partes, como a disputa por um terreno ou brigas de vizinhos.

"Tudo o que tem natureza econômica passou a ser uma

coisa importante para a Justiça e o que não tem, a ser menos importante. Nem sempre isso corresponde à realidade para os cidadãos que procuram os tribunais, da mesma forma que não podem existir problemas maiores e menores”, destacou.

Também se discute muito a questão da “razoabilidade de tempo” para que um processo venha a ser tramitado e julgado. “O que é ser razoável, afinal? E, por outro lado, o que não é?”, questionou o juiz Flávio Dino, secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça e responsável pela pesquisa Justiça em Números - que tem justamente a proposta de fazer uma radiografia da situação do Judiciário para que se crie uma cultura de prospecção para o setor. “Para mim não é razoável o Estado ser omissor na prestação jurisdicional, nem julgar açodadamente ou fazer acordos descabidos. Às vezes o problema não está no tempo em que se julga, mas no fato de uma ação ser mal julgada”, destacou Fabiano Santos.

Como proceder? - Muitas vezes, também, o processo se torna demorado por conta de falta de orientação aos cidadãos



Carlos Eduardo e seu pai Mathias Pereira



Marinalva Santana

Fotos: GLAUBER FERNANDES - Planet Photo

sobre como proceder em relação ao conflito em que estão envolvidos, quando não são repassadas informações corretas sobre onde procurar a defensoria pública ou o foro específico para determinado problema. A dona de casa Elvira Soares Costa, moradora do Riacho Fundo II, é um exemplo disso. Elvira pede na Justiça a guarda da irmã, que teve um derrame e mora, atualmente, com a sobrinha. De acordo com ela, que não trabalha (vive do rendimento do marido, aposentado, e dos filhos) o problema dura três anos, mas só agora ela conseguiu ter informações corretas sobre como agir.

Segundo contou, a tentativa de dar entrada no processo começou próximo à sua casa, onde foi orientada a procurar outra jurisdição (sua família é do interior da Bahia). Só recentemente, Elvira soube que bastava entrar em contato com a defensoria

pública do DF, após passar por lugares como delegacias, órgãos públicos e escritórios de advocacia. “Minha irmã parece um bolinho em cima de uma cama desde 2002, simplesmente porque não sabia como fazer para entrar com um processo”, contou.

Também é comum, entre as dificuldades, a falta de conhecimento das pessoas de baixa renda sobre como abrir uma causa relativa a outro estado, no local onde se encontram. O aposentado Norato Beníssimo Rosa move ação contra o filho que, sem o seu consentimento, vendeu a propriedade que estava em seu nome no interior de Goiás. “Estou morando em Brazlândia, dependendo de terceiros e mesmo assim precisei viajar até Goiás pensando que teria de abrir a ação lá. Chegando lá, me disseram para resolver tudo por aqui. Não precisava nem passar por mais essa”, afirmou.

foi bem atendida e comunicada, em menos de um mês, da data da primeira audiência. Mas não foi esse o cenário da primeira vez em que procurou a Justiça.

Segundo a cabelereira, a ação, movida em 2001, tratou de um problema envolvendo a falsificação da sua assinatura na concessão de lotes pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional, o Idhab. Mas demorou mais de três anos até o juiz dar a sentença favorável a ela. “O pior é que foi um caso bem mais importante que o da ação atual e eu tive que esperar todo esse tempo”, reclamou.

Da mesma forma pensa o artesão Matias Pereira dos Santos, que levou o filho para dar entrada em processo envolvendo uma empresa governamental para onde foi aprovado em concurso público. Ao mesmo tempo que encaminhou o filho ao primeiro imbróglio judicial, o artesão demonstrou um pouco de desconfiança com o andamento da ação. Ele foi réu em processo de uma empresa de transportes onde trabalhava, no interior de Minas Gerais, envolvendo um veículo danificado. Chegou a ser demitido por justa causa e passou anos participando de audiências e vivendo a aflição da demora de um desfecho, até ser declarado inocente. “Antes de chegar ao final, o processo me deu várias dores de cabeça e chegou, inclusive, a prejudicar meu trabalho”, contou. ■

A velha “morosidade” -

Apesar desses casos, ainda são muitas as histórias de pessoas que sofrem com o mais conhecido problema observado no Judiciário: a demora do período em que a ação é ajuizada à sentença dada pelo juiz, um dos principais temores da cabelereira Marinalva Santana. Marinalva move segunda ação na Justiça pela segunda vez na vida. Contou que nesta segunda vez que procurou a Defensoria Pública,



Norato Rosa move ação contra o filho que vendeu sua propriedade, sem autorização

vida e vi

A fúria do clima acentua o desequilíbrio no planeta e revela o quanto o aparato tecnológico e o poder são avançados e eficientes apenas para manter um sistema de privilégios, mas falham quando as vítimas são os mais pobres. A ira do tempo mostra que a vida revida quando a solidariedade é excluída. Seja no estado de miséria permanente do Brasil, ou na desenvolvida Europa, ou até na superpotência norte-americana (abalada pelo furacão Katrina que devastou New Orleans)

A vida em colapso revida com mais caos. A vida agredida revida com a violência das forças reprimidas. A vida obstruída, desviada do seu curso, usada para satisfazer poucos e punir muitos, revida com os elementos em desordem.

Catástrofes naturais sempre acompanharam a civilização. A diferença é que hoje, se a ciência e as políticas de bem-estar e justiça social estivessem harmonizadas, os danos seriam menores e mais vidas seriam salvas. Foi assim no tsunami da Indonésia, detectado e não comunicado aos miseráveis, pois eles nunca puderam pagar o serviço que monitora tais ameaças no mar. Mesmo sem prever perfeitamente o grau ou a intensidade de um fenômeno climático, tais aparelhos funcionam como redutores razoáveis de riscos. Para os ricos.

Porém, em New Orleans, a tragédia, mesmo anunciada e prevista, estremeceu o mundo quando a lentidão e a incompetência no salvamento da população de maioria negra e pobre foram indicadores de um descalço assombroso por parte do governo.

A população civil fez o que pode e manteve a honra da fraternidade na dor. O bandido de antes, mais perigoso ficou quando se aproveitou do caos para a sórdida chance dos saques. O governo só mostrou força quando a ameaça maior era ao patrimônio: "atirem para matar", ao enviar tropas para coibir os assaltos.

"Não queremos bala, queremos água, respeito e reconstruir nossas vidas", gritavam os que perderam mais que os bens materiais, perderam a ilusão de viverem sob um Estado que se mostra ao mundo como guardião das liberdades. O abismo entre teoria e prática. Farsa e verdade. Bilhões de recursos humanos e materiais investidos em guerras com fundo muito mais de proveito econômico e negociata de grandes corporações, que "libertação para o reino liberal da democracia", emergiram na face desacreditada e terceiro-mundista do povo de New Orleans sem abrigo, sob doenças e despojado dos valores mínimos da cidadania.

A região está sob a onda de choque. O que se vê, agora, é que a costa da cidade terá que ser redesenhada; as ilhas Chandelier (abrigavam o Refúgio Nacional da Vida Silvestre de Beeton) sumiram; 26 plataformas submarinas desapareceram e 20 foram seriamente danificadas (a região processa 30% do petróleo dos EUA); 140 refinarias parcialmente destruídas (na região chamada "beco do cân-

cer"); centenas de estações de tratamento de água e esgoto estão interrompidas e o pior: foram suspensas leis de proteção ambiental para o bombeamento de lixo e lodo para as águas do lago Pontchartrain.

Começa a percepção mundial de que há um troco do clima como consequência do brutal aquecimento da Terra. Enquanto isso, Bush não assina o Protocolo de Quioto para manter sua idolatria do consumo e produção em alta. Espanha, Itália e Portugal sofrem severas secas. Portugal perdeu 900 mil hectares de florestas com incêndios nos últimos cinco anos. Alemanha, Hungria, Romênia foram inundadas.

Kerry Emanuel, do Departamento das Ciências Planetárias, Atmosféricas e Terrestres, publicou na revista Nature que a intensidade dos furacões aumentou em 50% nos últimos anos. E o jornal espanhol El Mundo, de segunda, veiculou declaração do cientista Christopher Landsea, da Agência Nacional de Oceanografia e Atmosfera, que "a temperatura da água — seu vapor — é a gasolina dos furacões". Ele assume a relação entre furacão e aquecimento do planeta. E tem tanta gente acreditando que o dinheiro é capaz de comprar rotas de fugas e áreas de segurança blindadas. Contra o troco da natureza aviltada não há escape: é a vida que revida! Até o nosso país entra no circuito das tormentas com a tragédia de Muitos Capões, no Sul, na mesma semana do Katrina.

Os EUA ainda relutam em assinar o Protocolo de Kyoto para manter aquecido a economia do "primeiro eu, e o resto que exploda", ou o "bacanal do desperdício", como dizia Lutzenberg. Loucura traduzida em consumo obsessivo e perdulário, exploração indiscriminada de matérias-primas, esgotamento de recursos naturais e a vantagem particular idolatrada e acima de tudo e de todos. Se alguém duvida que a vida é capaz de revidar, basta ver os sinais do tempo. Basta chorar com os mortos, feridos e desabrigados dessa lamentável pedagogia da dor e do martírio.

Os ricos sempre acham que podem escapar das tragédias por acreditarem no mito da "compra da segurança". Talvez até consigam adiar uma tragédia com uma fuga temporária conseguida pela mobilidade que o dinheiro permite. Mas quando é a própria terra que se abre, a água que se fecha em ira incontrolável, os alimentos que escasseiam ou perdem a qualidade nutriz, o pânico que se instala, o ar que sufoca, aí não há salvação individual: perdemos a batalha da própria vida no planeta.

TROOPS MOV

SOME CHEER, OTHERS VENT ANGER AT GUARD
19,500 soldiers reach Mississippi, Louisiana to provide relief



'WHAT TOOK YOU?'



'NOT A'



DAILY NEWS

SPORTS • FINAL

SHAME A NATION

THE NEWS SAYS

It is absolutely outrageous that the United States of America could not bring comfort to tens of thousands of forlorn, frightened, sick and hungry souls earlier than it did. Who is at fault for what is nothing less than a national scandal?

SEE PAGES 2-15 AND EDITORIAL

Katrina fúria co

El gigantesco desastre obliga a
a los miles de damnificados en



IN
IN NEW ORLEANS
order; more on the way

'NOT ACCEPTABLE'



Bush tours flood-ravaged region, finds recovery aid response

La primera ayuda del Ejército tarda cinco días en llegar a Nueva Orleans

POLÉMICA Bush viajó a la zona del desastre entre dudas críticas y admitió deficiencias en el aludido

VICTIMAS El alcalde denuncia la "situación límite" en la que están los acogidos en los refugios

Occidente da apoyo a EE.UU. con 60 millones de barriles de petróleo
España da el suyo



IL ÉTAIT TEMPS!

Quatre jours après Katrina, les secours arrivent enfin à La Nouvelle-Orléans



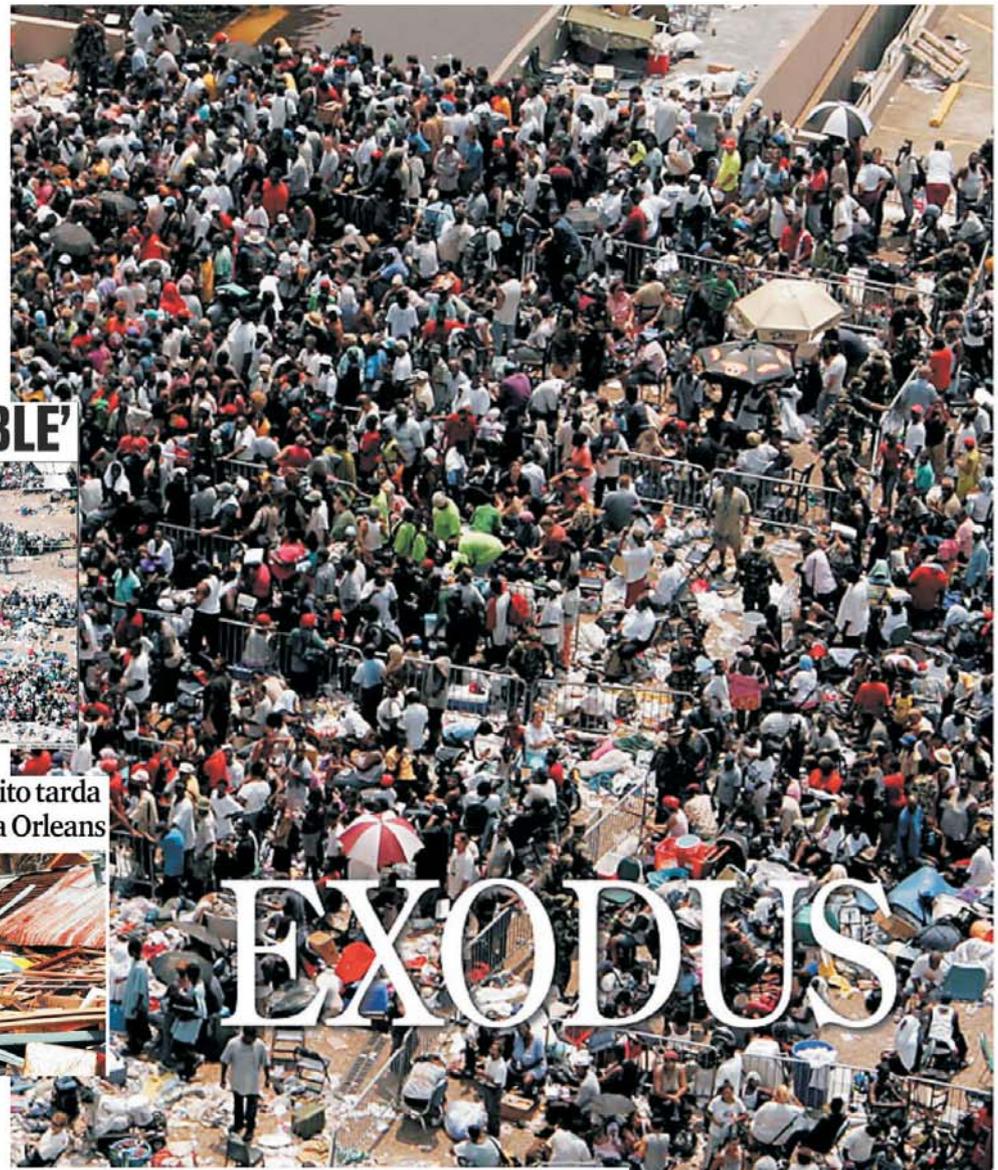
La desata contra Bush

la Casa Blanca a agilizar plan de ayuda a la zona del Golfo de México



'GET OFF YOUR ASSES'

Americans help starts to arrive but New Orleans mayor is still livid



EXODUS

George W. Bush confronté à un désastre humanitaire

La tragédie américaine

Militaires et policiers ont tenté de faire larguer paquets de nourriture et de médicaments pour atteindre les zones les plus touchées de la ville. Mais à l'heure de la grande déception, les secours n'ont pas pu aller plus loin. Les habitants des zones les plus touchées de la ville ont été abandonnés à leur sort. Les secours n'ont pas pu aller plus loin. Les habitants des zones les plus touchées de la ville ont été abandonnés à leur sort.



THE BEGINS ON PAGE A3

Man charged in fatal stabbing

'GET OFF YOUR ASSES'

TRAGÉDIA DESMORALIZA A POTÊNCIA

Wut und Verzweiflung setzen Bush unter Druck



Wut und Verzweiflung setzen Bush unter Druck



Saturday Times
An edition of the Beaver County Times
www.kitsapnews.com

50 cents
For more delivery call (253) 735-3300

Comércio de armas: votar a favor ou contra?

Nádia Faggiani

No dia 23 de outubro, 122 milhões de eleitores brasileiros deverão ir às urnas para responder à seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” Para especialistas e integrantes das duas frentes parlamentares

que se enfrentam na consulta popular – Frente Parlamentar Brasil sem Armas e Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa -, há uma falha na campanha de esclarecimento à população sobre o que será votado.

Segundo Bené Barbosa, presidente do Movimento Viva Brasil contra o desarmamento, uma parcela significativa da população não tem consciência do que é o referendo e pensa que deverá escolher se quer ou não entregar as armas. Parte dos eleitores também não sabe que o voto será obrigatório.

O governo federal irá gastar R\$ 600 milhões na campanha. Na avaliação do coordenador do Programa de Desarmamento do Viva Rio, Antonio Rangel, a campanha deveria ocorrer pelo menos três meses antes do referendo. Ele considera que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi infeliz ao não compreender que, ao contrário de eleições partidárias, um referendo popular precisa ser amplo no sentido de permitir maior participação da população.

Em uma de suas viagens ao Acre, Rangel revela que moradores da zona rural chegaram a enterrar suas armas após a aprovação do Estatuto do Desarmamento por entender que seriam presos se fossem pegos portando armas de fogo. Rangel critica também a proibição de organismos internacionais e igrejas estrangei-

ras participarem da campanha doando dinheiro para as duas Frentes, o que segundo ele, limita os recursos e engessa o debate.

O professor do Departamento de Sociologia da Usp, Marcos César Alvarez, é a favor do referendo pela proibição do comércio de armas de fogo e acredita que essa que é uma grande oportunidade de se abrir o tema da violência para outras questões e não apenas criar dois pólos, a favor e contra a venda de armas. “É importante refletir se dá para garantir segurança sem se pensar na redução das desigualdades e na consolidação da democracia no Brasil”, diz.

Para o professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Lúcio Castelo Branco, pode-se prever o resultado antecipado do referendo pela aprovação da proibição do comércio de armas. Segundo ele, no Brasil não há uma cultura de resistência, de forma que o civil sente desprotegido e, com base no senso comum, as pessoas são contrárias ao armamentismo no sentido de auto-preservação.

O Brasil é pioneiro na realização do referendo. A consulta popular está prevista no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) e foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 6 de julho. A lei já proíbe a comercialização de armas e munições no país, mas para passar a valer a popu-

lação precisa dizer se concorda ou não com ela.

Cultura de paz - O ponto principal que deve ser considerado em relação ao referendo, na opinião do professor Marcos César Alvarez, é o aspecto simbólico de se tentar promover uma cultura de paz. Ele afirma que não se pode pensar que a aprovação do referendo implique na imediata redução da violência, mas é um passo para a população civil, uma vez sem acesso às armas de fogo, cobrar do Estado políticas públicas para garantir a segurança da sociedade. Segundo Marcos César Alvarez, pesquisas mostram que a violência atinge hoje em sua maioria jovens do sexo masculino, entre 10 e 29 anos, moradores da periferia, muitas vezes já na marginalidade.

Dados da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - apontam que o Brasil é vice-campeão mundial em homicídios por armas de fogo, perdendo para a Venezuela. Os números indicam 104 assassinatos por dia no Brasil.

Antônio Rangel, do Viva Rio, afirma que a proliferação de armas, associada à desigualdade social e à falta de segurança nas autoridades, tem aumentado a violência no país. Ele afirma que as armas compradas por homens de bem no mercado legal são as que mais abastecem a clandestinidade.

“É importante refletir se dá para garantir segurança sem se pensar na redução das desigualdades e na consolidação da democracia no Brasil”

De cada três armas apreendidas com bandidos no Rio de Janeiro, uma foi vendida em loja. “O que ameaça a segurança do cidadão são a pistola e o revólver”, diz.

Segundo o Viva Rio, no ano passado foram roubadas no país 30 mil armas de civis e, em 90% dos casos em que o bandido encontra uma arma carregada dentro de um lar, ele atira no proprietário.

“A proibição da venda é uma das medidas essenciais. Só ela não leva a nada, mas vai ajudar a revelar setores da sociedade em que há corrupção e forçar reformas como a da polícia”, observa Rangel. Ainda segundo o Viva Rio, mais de 30% de mulheres mortas por armas de fogo são assassinadas por seu companheiro e a maior parte das mortes por armas de fogo no país são cometidas por pessoas que se conhecem, motivadas por vingança, ciúmes, falta de lazer e outros motivos interpessoais.

Os defensores da proibição do comércio legal de armas afirmam que a sociedade vive hoje a falsa impressão de que a maioria dos crimes por armas de fogo são cometidos pelo crime organizado. Segundo o Viva Rio, em São Paulo, 10% das mortes são pelo crime organizado.

A presença da arma muda a natureza da violência, tornando-a letal. A opinião é do deputado federal licenciado do PSDB-PB, Ronaldo Cunha Lima. A favor do referendo pela proibição do comércio de armas, ele viu-se envolvido em um incidente em 1994, por usar revólver de bolso, aconselhado pela Segurança do Palácio do Governo. Então governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima disparou contra um de seus adversários políticos, Tarcísio Buriti, agindo em defesa de sua dignidade e de sua família, após sofrer ameaças pessoais.

“Já dizia o jurista Nelson Hungria que a coragem é a dignidade sob pressão. Com a dignidade pressionada, pode-se involuntariamente usar a arma como reação inesperada e desesperada e esse impulso pode provocar um desastre. O porte de armas transforma conflitos banais em tragédias”, relata Cunha Lima.

Legítima defesa - De acordo com pesquisa sobre o índice nacional de mortes por armas de fogo, divulgada no dia 2 pelo Ministério da Saúde, o número de mortes por armas de fogo em 2004, comparado ao ano anterior, teve redução de 8,2%, o que representa 3.234 vidas poupadas. A pesquisa mostra que essa foi a primeira redução em 13 anos, motivada pela Campanha do Desarmamento, que teve início em 15 de julho do ano passado.

A pesquisa mostra ainda que as armas de fogo vêm matando mais do que doenças respirató-

rias, cardiovasculares, câncer, Aids e acidentes de trânsito. Contrário ao desarmamento, o presidente da Viva Brasil, Bené Barbosa, avalia que a pesquisa divulgada pelo Ministério da Saúde não indica a realidade sobre a violência. Segundo ele, o MS não tem dados de mortes por outros tipos de armas.

Também este mês, no dia 9, a Unesco publicou uma nova pesquisa “Vidas Poupadas – o Impacto do Desarmamento no País” – indicando que o número de mortes evitadas em 2004 foram 5.563 e que no primeiro semes-

tre do ano, com a vigência do Estatuto do Desarmamento, houve uma queda de 15,4% de mortes por armas de fogo.

Um dos pontos defendidos pelos que são contra a proibição da venda de armas é o direito garantido pelo Código Penal Brasileiro, que garante a legítima defesa, e pela Lei 9.437/97, que permite a posse e o porte de armas de fogo.

O professor da UnB, Lúcio Castelo Branco, contrário ao desarmamento, afirma que o cidadão, enquanto Estado individualizado, tem poder de polícia



e direito de voz de prisão em relação ao bandido e, legalmente, tem direito a ter acesso às armas. Para ele, só a proibição do comércio não vai garantir a segurança do cidadão comum.

Castelo Branco acredita que o banditismo não existe por conta do comércio legal de armas, mas pelo acesso ao contrabando financiado por firmas americanas. Segundo ele, os Estados Unidos são os maiores exportadores de armas do mundo e controlam 1% dos contêineres que chegam ao Brasil. Castelo Branco afirma que a aprovação do referendo contra o comércio vai neutralizar as Forças Armadas Brasileiras, a soberania nacional e a cidadania hoje fragilizada.

“São medidas antidemocráticas adotadas por regimes totalitários. É uma forma de desviar a população dos problemas de saúde, educação, segurança pública e corrupção. A medida mais eficaz seria fazer cumprir a legislação em vigor”, diz.

Bené Barbosa defende que o cidadão comum tenha a opção de comprar uma arma que pode ser usada para defesa pessoal

de sua família dentro de casa, já que não será permitido o porte de armas na rua. “É um direito que depois de perdido não dá para se obter de volta”, analisa.

Bené defende o combate efetivo do Estado à impunidade e observa que há diversos casos em que criminosos não são presos por falta de vagas nas prisões e por falta de controle do mercado ilegal. Em São Paulo, 83 armas recolhidas pela campanha do desarmamento foram desviadas por um funcionário da delegacia da Polícia Federal para vender aos bandidos. “O problema não é o mercado legal, mas o ilegal. Enquanto o Estado for ausente, o crime organizado vai continuar ocorrendo”, diz.

O delegado da Polícia Federal, Fernando Sagóvia, explica que as armas não são destruídas no momento da entrega porque têm que ser cadastradas. Ele afirma que o cadastramento permite um controle das armas desviadas. De acordo com a PF, até agora foram entregues 440 mil armas de fogo e o cadastramento será feito até o dia do referendo, 23 de outubro. Cerca de

30% delas são revólveres.

O delegado afirma que mesmo com a aprovação do referendo pela proibição do comércio, as pessoas que hoje possuem registro de armas no país poderão continuar a ter as armas em casa, porém não poderão comprar munição. Hoje 200 mil pessoas, entre policiais e civis possuem registro de arma de fogo no país.

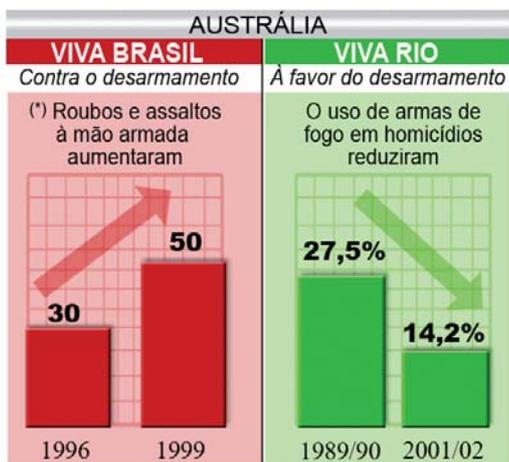
A controvérsia dos números – Segundo o Viva Rio, a campanha australiana foi a mais bem sucedida até hoje, seja pelo número de armas recolhidas – 700 mil –, seja pelos resultados. Para a entidade, a aprovação da lei de controle de armas na Austrália reduziu o número de mortes por armas de fogo drasticamente. Já para o Viva Brasil, o desarmamento realizado na Austrália durante um ano, de 1996 a 1997, não tornou as ruas mais seguras, mas motivou o crescimento da taxa de suicídios e de homicídios por outras armas.

Dados do Viva Brasil indicam que no Canadá, onde as leis de

proibição de comércio de armas são mais severas que nos Estados Unidos, a taxa de homicídios está caindo mais lentamente que nos EUA. No Canadá o índice de homicídios caiu de 2,7 para 1,8 por 100 mil habitantes, em 1991, enquanto nos EUA a queda foi de 10,5 para 6,1 por 100 mil habitantes, no mesmo ano.

A explicação do Viva Brasil para a queda da criminalidade nos EUA está associada à redução da população entre 18 e 24 anos, à melhoria do mercado de trabalho, ao aumento dos presídios, ao combate às armas ilegais, mudanças na polícia e combate à gangues ligadas às drogas.

Para o Viva Rio, a explicação está no fato do número de armas por habitantes nos EUA ser 3,5 vezes maior do que no Canadá e o número total de armas ser 31,9 vezes maior em números absolutos. As estatísticas apontadas pelo Viva Rio é de que as medidas legais de controle de armas fizeram com que os roubos com armas caíssem no Canadá em 50%, entre 1991 e 2001, índice mais baixo em 50 anos. ■



(*) Por 100 mil habitantes

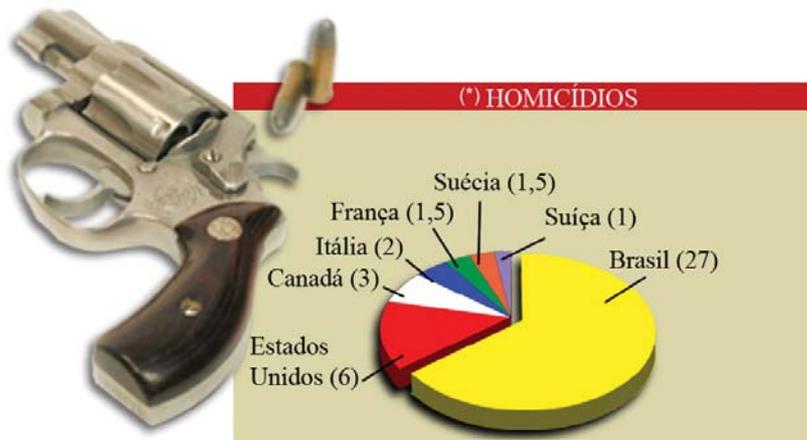




Foto: GLAUBER FERNANDES - Planet Photo

Atletas de fim de semana - riscos para a saúde

Evelyne Nunes

Dores nas costas, tendinite, câimbras, distensões musculares, lesões nos joelhos, nos tornozelos e até uma parada cardíaca fulminante são alguns dos sintomas que podem ser provocados pelas atividades físicas intensas praticadas somente nos finais de semana. Os adeptos desse tipo de atividade, conhecidos como atletas de fim de semana, devem redobrar os cuidados na hora de realizar as atividades físicas esporádicas, pois, segundo especialistas, a má realização dos exercícios pode, ao contrário do que se pensa, trazer prejuízos à saúde.

A famosa "pelada" no final de semana ou aquela corriqueira caminhada no parque da cidade são algumas das atividades visadas pelos profissionais de educação física e pelos médicos desportistas. Alguns es-

pecialistas mais radicais acreditam que se não houver bom senso e uma orientação adequada, é preferível ficar no grupo dos sedentários a se exercitar de maneira arriscada.

Essa foi a recomendação que o empregado público do Banco do Brasil, Lívio Andaló Mendes de Carvalho, 25 anos, ouviu do seu médico após desmaiar depois de uma partida intensa de futebol. Lívio estava há muito tempo parado e resolveu jogar com os amigos no sábado. Depois de mais de uma hora de jogo começou a passar mal. "Senti fortes dores no abdômem e logo depois desmaiei. O meu médico disse que se eu não fizesse atividades regulares era melhor ficar parado a arriscar a vida", relata. Depois do episódio o empregado público entrou na academia e se exercita pelo menos três vezes por semana. "Antes não tinha tempo, pois trabalhava e estudava e só so-

brava o final de semana para fazer atividades físicas", justifica.

O também servidor público, Carlos Alberto de Aquino, 39, teve problemas musculares depois de participar de uma partida de futebol. "Senti dor no joelho e na panturrilha", afirma. Assim como no caso anterior, Carlos Alberto não estava fazendo nenhuma atividade física e resolveu usar o tempo livre do final de semana para se exercitar.

De acordo com a especialista em medicina esportiva e professora da Universidade de Brasília, Eney Fernandes, o grande problema dessa atividade somente nos finais de semana não está na sua prática e sim na intensidade dos exercícios. "Se a atividade esporádica for realizada com bom senso ela será benéfica. O que não pode acontecer é sobrecarregar o sábado e o domingo com atividades que seriam feitas durante toda a semana", adverte.

"Senti fortes dores no abdômem e logo depois desmaiei. O meu médico disse que se eu não fizesse atividades regulares era melhor ficar parado a arriscar a vida"

A médica explica que a maior preocupação desses atletas de final de semana deve estar focada na prevenção dos problemas. Para que isso ocorra eles precisam tomar alguns cuidados como: fazer alongamento antes e depois das práticas desportivas e medir sempre a frequência cardíaca. Além disso, quem está inserido em um dos grupos de riscos, como diabéticos, hipertensos e obesos, antes de iniciar qualquer atividade, deve procurar a orientação de um profissional da área.

Essa recomendação foi seguida à risca pelo representante comercial Eduardo Gusmão, 47 anos. Diabético e frequentador do parque da cidade apenas no domingo, antes de iniciar a caminhada ele procurou orienta-

“O ideal é praticar alguma atividade pelo menos três vezes por semana, mas se isso não for possível adotar hábitos mais saudáveis como utilizar escadas, andar até a padaria, estacionar uma quadra antes do serviço e fazer alongamentos diariamente, ajudam a diminuir os riscos da prática esporádica”

ção médica e nutricional. “Sei que é importante fazer alongamento e cuidar da alimentação. Como sou diabético não posso colocar minha saúde nem a da minha família em risco. Acho que todos deveriam procurar uma orientação adequada”, afirma.

Infelizmente o representante comercial faz parte de uma minoria, pois grande parte dos brasileiros desconhece os riscos que o esporte nos finais de semana pode causar. A professora Antônia Leonice Ribeiro, 37, é uma dessas pessoas. “Faço caminhada somente aos domingos e não sei que tipos de problemas posso ter”, diz. A professora afirma não ter tempo para praticar exercícios regularmente. “Trabalho o dia inteiro e a noite cuido dos meus filhos. Só resta mesmo o domingo para me exercitar”, explica.

Assim como Antônia, grande parte dos atletas de fim de semana coloca a falta de tempo como obstáculo para a realização de esportes regularmente. No entanto, na opinião da maioria dos especialistas, essa é uma desculpa ultrapassada. “30 minutos por dia são necessários para a realização de uma atividade regular. Essa atividade não necessariamente deve ser praticada em academia. As ações do dia-a-dia, como por exemplo subir escadas, lavar louças e lavar o carro, também são eficazes no combate ao sedentarismo”, defende o personal trainer e diretor da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça (ASSTJ), Edmilson Lima Filho.

A professora Eney Fernandes e o personal trainer acreditam que os atletas de final de semana podem se beneficiar dessa prática se tomarem os devidos cuidados. “Não é o método mais recomendável. Mas serve como uma semente para que eles se



tornem atletas regulares”, diz Edmilson. Entre as recomendações, o personal destaca a preocupação de começar lentamente, a escolha de uma atividade compatível com a idade e o peso e a importância dos alongamentos.

Segundo a médica Eney Fernandes, se o esportista não seguir essas recomendações os malefícios podem ser fatais. “Uma pessoa não pode fazer uma atividade física sem seguir essas orientações. Uma sobrecarga de treinamento, combinada com uma atividade muito intensa, pode provocar até uma parada cardíaca”, argumenta.

Para ela, os exercícios de final de semana servem como estímulo para a regularidade das atividades. Porém, não são suficientes para prevenção de doenças. “O ideal é praticar algu-

ma atividade pelo menos três vezes por semana, mas, se isso não for possível, adotar hábitos mais saudáveis como utilizar escadas, andar até a padaria, estacionar uma quadra antes do serviço e fazer alongamentos diariamente ajudam a diminuir os riscos da prática esporádica”, explica.

Essa é também a opinião do professor de educação física e presidente da Associação dos Servidores do TJDF, Jailton Mangueira Assis. “Não sou a favor da corrente dos radicais que recomendam não fazer exercícios apenas uma vez por semana. O maior perigo não está na periodicidade, mas sim na sobrecarga da atividade”, defende. Segundo o professor, no próprio TJDF é muito comum alguns servidores aparecerem com lesões musculares. “Com certeza essas lesões são

fruto de atividades pesadas e irregulares”, afirma.

As doenças mais comuns relacionadas à falta de atividades regulares são as cardiovasculares, o diabetes e o câncer. Estatísticas da Organização Mundial de Saúde mostram que essas enfermidades são responsáveis pela morte de 2 milhões de pessoas em todo o mundo. Dados do Ministério da Saúde, comprovam que a prática regular de exercícios físicos diminuem as taxas de mortalidade e combatem essas doenças. Pesquisas na área revelam que os hábitos sedentários são responsáveis por 54% de risco de morte por infarto e 37% por câncer. Além disso, quem realiza pelo menos

meia hora diária de exercícios reduz o risco de morte por doenças do coração em até 40%.

A recomendação dos especialistas é de que cada pessoa deva gastar pelo menos 2000 kcal por semana, realizando alguma atividade física. No site da Associação Brasileira de Nutrologia (Asbran) é possível se calcular quantas calorias gastamos em rotinas do dia-a-dia ou em exercícios físicos específicos. Para se ter uma idéia, uma atividade como fazer compras no supermercado durante 1 hora equivale a um gasto calórico de 227 kcal. (Veja no box a quantidade de calorias gastas em atividades do nosso dia-a-dia).

Atividades do dia-a-dia	Tempo	Quantidade de kcal (*)
Subir escadas	20 min	195
Molhar plantas	30 min	48,75
Beijar e abraçar	20 min	21,66
Tomar banho	30 min	65
Pescar	1h	260
Jardinagem	40 min	195
Descer escadas	20 min	65
Dirigir carro	1h	130
Lavar pratos	30 min	81
Faxina pesada	40 min	195
Encerar carro	30 min	130
Passar roupa	40 min	104

Exercícios	Tempo	Quantidade de kcal (*)
Hidroginástica intensa	40 min	429
Aeróbica – baixo impacto	45 min	253
Corrida – 8 km/h	40 min	346
Musculação	1h	227
Dança de salão	45 min	268
Yoga/alongamentos	50 min	216
Ginástica localizada – leve	1h	260
Ginástica localizada – pesada	1h	520
Nadar	40 min	429

(*) Cálculo feito para uma pessoa com peso de 65kg. É importante lembrar que quanto maior for o peso, maior será o gasto calórico. Quem deseja calcular a quantidade específica de calorias de acordo com sua massa corporal deve fazer o cálculo eletrônico no site: www.asbran.org.br

Benefícios dos exercícios regulares

Os exercícios regulares evitam os problemas relacionados à prática de esportes esporádicos e ainda trazem muitos benefícios à saúde. Veja abaixo o que se pode ganhar ou evitar e os cuidados necessários na hora de praticar atividades físicas.

O que você ganha:

- Fortalece os músculos e ossos;
- Melhora a qualidade do sono;
- Melhora a frequência dos batimentos do coração e a circulação do sangue.

O que você evita, controla ou diminui:

- Riscos de doenças cardiovasculares (hipertensão, infarto);
- Ansiedade e depressão;
- Obesidade e diabetes (açúcar no sangue);
- Osteoporose;
- Alguns tipos de câncer.

O que você deve lembrar:

- Nunca caminhe ou pratique esportes em jejum e procure manter-se bem hidratado;
- A companhia de alguém de que você gosta torna seus exercícios mais agradáveis;
- Dê preferência a lugares apropriados como parques, praças, e centros de esporte e lazer, com boa iluminação e segurança;
- Na prática de exercícios, procure orientação profissional e respeite seus limites.

Busque as horas mais frescas do dia e evite a exposição exagerada ao sol.

O que pode mudar agora mesmo:

- Evite usar elevadores; se possível, use escadas ou rampas;
- Junte a turma do prédio, da rua, do bairro ou da escola para jogar vôlei, peteca, ou uma boa pelada;
- Leve o cachorro para passear;
- Saia para dançar;
- Procure estacionar o carro um pouco mais longe do destino, ou desça da condução um ou dois pontos antes.

E não se esqueça: antes de praticar exercícios, consulte seu médico ■

Fonte: Ministério da Saúde

Financiamentos para carro e casa própria: Novas queixas para uma dificuldade antiga dos brasileiros

Carro e casa própria, as velhas dificuldades de consumo do País, continuam assolando os bolsos e tirando o sono dos cidadãos. O antigo sonho dos brasileiros muitas vezes acarreta em noites de preocupação com dívidas, cobrança de juros altos (estipulados pelas empresas sem que tenham sido estabelecidos nos contratos), cobranças indevidas no decorrer dos financiamentos e uma série de outros problemas.

A situação exige que quem passe por este tipo de drama fique atento, tanto às cláusulas estabelecidas nas entrelinhas dos contratos – para que

não seja pego de surpresa com imprevistos – como também em relação aos seus direitos, mantendo-se em contato direto com advogados e entidades de defesa do consumidor sempre que se sentir lesado.

Sem fugir à regra, o quadro também é observado entre os servidores do Judiciário e do Ministério Público da União. Tanto que no último balanço do serviço de atendimento jurídico do Sindjus, o tema constou dentre as causas particulares mais apresentadas pelos associados nos últimos 30 dias.

Juros sobre Juros

Segundo o advogado Renato Borges Barros, os problemas são relacionados, no caso dos imóveis, com a cumulação de juros sobre juros, quando o financiamento é remunerado com base em percentuais bem maiores que o valor com que os agentes financeiros (bancos, Caixa Econômica, cooperativas imobiliárias etc) captam recursos. Outra situação bastante observada é a incorreta aplicação do plano de equivalência salarial do mutuário.

Além disso, de acordo com ele, “muitas vezes o banco aplica, primeiro, a taxa de juros e somente depois, debita a prestação da casa financiada, quando o correto seria acontecer o contrário”, explica ele. Barros não quis citar exemplos de pessoas prejudicadas, no intuito de preservar os clientes que deram entrada de causas na Justiça so-

bre assuntos similares, mas destacou que muitos sequer sabem que estão pagando a mais indevidamente. Motivo pelo qual, aconselhou os cidadãos que possuem esse tipo de financiamento a acompanharem de perto os valores estipulados nos boletos.

Na opinião de economistas e especialistas em contratos imobiliários, como as situações são analisadas caso a caso, o mais importante para as pessoas que possuem imóveis financiados ou pretendem partir para um empreendimento como esse é fazer, antes, um planejamento e muita pesquisa. As principais dicas repassadas são: primeiro, avaliar se não é hora de usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), visto que quanto maior for seu valor de entrada, menor serão os juros das prestações do imóvel.

Em segundo lugar, ter consciência de que menor prazo é amigo de todos, uma vez que os juros embutidos serão menores. “Antes de escolher seu imóvel procure se informar quais são as linhas de crédito oferecidas pelas instituições e qual se adapta melhor às suas condições financeiras. É imprescindível ler atentamente todas as cláusulas do contrato e se informar sobre quais são os direitos e deveres estabelecidos”, informou o economista Evaldo Soterro, da empresa de consultoria SST de Campinas (SP).

O economista lembrou que

é comum incorporadores recorrerem ao financiamento bancário para custeio de parte do valor da construção. Quando isso acontece, para a obtenção do financiamento, estes incorporadores oferecem o terreno e todo o empreendimento em garantia do empréstimo. No final da construção, vão assumindo, cada um, a sua parcela do empréstimo, mediante assinatura de contrato de repasse de financiamento, até que o montante seja liquidado e a hipoteca, totalmente cancelada.

Multa de 2%

Já no caso de veículos, a principal dificuldade se dá quando o contrato cita uma profusão de taxas de juros efetiva e estipula outra, no decorrer do financiamento. Os direitos do consumidor são claros em relação a isso: segundo o Procon, as pessoas que vivem tal situação têm direito a obter dados precisos sobre as condições em que se dá a contratação e precisam ficar cientes de que a multa por atraso (contraprestações) não pode exceder 2%, conforme prevê a Lei 8.078.

Além disso, de acordo com Flora Guimarães, advogada do Procon, uma vez notificado de seu atraso ou havendo uma ação de busca e apreensão do veículo, o consumidor pode purgar a mora. Ou seja: pagar o que deve, acrescido dos juros moratórios, independentemente de percentual que pagou da dívida. Flora Guimarães enfatizou, ainda, que

“Muitas vezes o banco aplica, primeiro, a taxa de juros e somente depois, debita a prestação da casa financiada, quando o correto seria acontecer o contrário. Muitos clientes sequer sabem que estão pagando a mais indevidamente”.



é abusiva qualquer cláusula que preveja o vencimento antecipado das parcelas vincendas, em caso de atraso de pagamento.

Embora aparentemente fáceis de ser resolvidos assim que os cidadãos dão entrada de suas queixas na Justiça, estas situações demonstram ser um tanto mais preocupantes, uma vez que a quantidade de pessoas que adere ao financiamento de carros continua grande.

Pesquisa divulgada recentemente pela Associação dos Revendedores de Veículos Automotores no Estado de São Paulo - Assovesp e o Sindicato do Comércio Varejista de Veículos Usados no Estado de São Paulo - Sindiauto (cujos levantamentos correspondem a espécie de termômetro do mercado em todo o País) mostrou que o financiamento continua sendo o principal mecanismo de venda dos carros usados e somente juros mais amenos podem garantir o incentivo do consumidor às compras.

Nessa última pesquisa, foi constatado que em agosto, 69% dos negócios contaram com algum financiamento e em julho, 73% dos carros usados negociados foram financiados. O prazo para pagamento do financiamento também recuou um pouco: em julho, as concessionárias davam 36 meses de prestação, em média, para saldar a dívida, em agosto, o prazo passou a ser de 36 meses em média. ■

Qual é o seu grito de independência?

Independência ou Morte – qual seria o grito do Ipiranga, hoje?”. Esse foi o tema da nossa enquete este mês. Os servidores ouvidos aproveitaram o assunto para desabafar. Eles pedem independência da opressão econômica ditada pelos Estados Unidos e clamaram por liberdade diante da escravidão imposta pela corrupção que se instala no Legislativo e no Executivo. A indignação toma conta dos servidores, que querem mais ética.

Segundo os nossos servidores, se o dinheiro desviado dos cofres públicos tivesse como destino, por exemplo, as obras sociais, a melhoria da Educação e de Infra-estrutura, o País poderia se desenvolver muito mais, com menos desigualdade na distribuição de renda, com uma sociedade mais justa. Diante de tantas denúncias de corrupção e da constatação da desigualdade, muita gente soltou o verbo e mostrou sua opinião. Confira o que disseram os nossos entrevistados:



“Nós precisamos de independência política e financeira. O Brasil ainda está muito preso aos Estados Unidos. Eu sei que é muito difícil se livrar desses grilhões, porque eles tentam ditar as regras para outros países. Não é tarefa fácil porque eles são uma potência política e econômica”.

José de Anchieta Oliveira Santos, encarregado substituto do Posto de Serviço Predial do Fórum de Taguatinga



“Neste momento, a libertação do povo brasileiro deve ser desses políticos corruptos. O povo precisa mesmo se libertar dessas amarras da corrupção. Não sobra nada para o povo, porque o dinheiro arrecadado por impostos pagos pela sociedade é todo desviado. O povo paga e vai tudo para o bolso, ou melhor, para as “malas” desses corruptos”.

Elizabeth Braga, Primeiro Juizado do Fórum de Taguatinga



“Em primeiro lugar, para ser considerado independente mesmo é preciso ser independente financeiramente. Só os banqueiros ficando milionários e a gente se arrebrandando. O governo faz projeto para atender aos mais pobres e onde fica a classe média? O grito de independência seria a independência do Brasil junto aos bancos internacionais”.

Antônio Ideomar Matias, técnico judiciário na área de segurança e transporte do Fórum da Ceilândia



“Independência para mim seria colocar esses políticos todos para fora e começar tudo de novo. Do jeito que o Congresso (Nacional) está aí, está praticamente sem solução. A gente só vê roubo sendo denunciado pela imprensa. É no Executivo, é no Legislativo... A saída seria uma reestruturação geral. A gente só vê o nosso dinheiro sendo levado para fora e ninguém sabe onde vai parar, e não volta. Tantos passando fome no Nordeste ou mesmo aqui perto da gente. Aqui (no DF) se vê tanta gente embaixo da ponte. Esse dinheiro desviado poderia ir para eles”.

Círio Alberto Teixeira, oficial de Justiça



“Atualmente, o que mais aflige a população é a questão da corrupção. Nós vemos, no cenário nacional, membros de dois poderes da República aparecendo no noticiário com atos que comprometem a moral e deixam a sociedade estarecida. O País estava recuperando não só o desenvolvimento econômico como um sentimento de cidadania e nós somos surpreendidos com essas denúncias. As denúncias envolvendo um presidente vindo da classe operária frustram o povo brasileiro. Os fatos, ainda sujeitos a investigação, caminham para apontar uma rede de corrupção no governo”.

Vanderley Ramos dos Santos, analista processual do MPDFT de Taguatinga



“Devemos nos libertar da falta de investimento na Educação, conforme fizeram as grandes potências. É preciso investir em reforma agrária e Educação. Países hoje desenvolvidos evoluíram porque investiram em Educação. A Coreia do Sul é um exemplo de que essa ação dá resultado. É uma utopia querer a independência econômica para o País, pois numa economia globalizada isso não é possível”.

Jair Barbosa da Silva, técnico administrativo do MPDFT



“Acho que a principal independência é a política. Uma liberdade também no sentido cultural. Um país que tem uma consciência política pode ser libertar de outras amarras. Acredito que a independência política promoveria a independência em outras áreas. Claro que houve uma evolução em relação a 20 ou 30 anos atrás. As pessoas estão mais preocupadas com o destino político da Nação, mas falta um pouco de atitude. Os cidadãos já conhecem mais o assunto, mas falta um pouco mais de ação. Nenhum país nasceu sendo Primeiro Mundo”.

Ricardo Luiz Pereira Noronha, chefe do cartório da 3ª Zona Eleitoral.



“Não penso em pedir independência. Acho que a mudança deve começar em cada pessoa. Tudo começa dentro do ser humano e depois passa para o grupo do qual ele faz parte. Esse vício, essa corrupção, a falta de opinião própria de cada um... Por isso, as coisas ruins proliferam. Nós vemos poucos se rebelando contra esses casos denunciados aí e outros tantos que permanecem inócuos e se calam. Se calar de certa forma é ser conivente com a situação. O ser humano está muito influenciável. Ninguém luta pelo ideal, porque é mais fácil driblar o próximo”.

João Henrique Miranda Vieira, técnico judiciário da Vara de Execuções Criminais



“Independência seria, hoje, da corrupção. Mas não dá para esperar muita coisa do Brasil. A falta de credibilidade do País é tanta que é difícil se libertar dessa corrupção. Acho que nem mesmo o voto é a solução como dizem por aí, porque os envolvidos nesse escândalo que está sendo noticiado vão se candidatar novamente e vão se eleger. Independência é muito difícil, porque a moeda americana é quem manda. A independência fica só na utopia”.

Rivan Braz dos Santos, técnico do Judiciário da Coordenação Geral dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais



“Tem que ser a independência política. Talvez tenha que ser a independência da corrupção. O País não está indo bem, se parassem de roubar seria bem melhor. Se nós pegássemos os valores roubados pelas pessoas processadas aqui não daria o valor que esses figurões roubam. Então, qual a moral que o Estado tem para falar ‘você vai preso porque roubou uma bicicleta?’. Nós precisamos é dessa independência: da corrupção na política”.

Daniel Roriz dos Santos, técnico judiciário da Central de Coordenação da Execução das Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal (Cepema)



“Nós precisamos acabar com a corrupção. Somos dependentes e precisamos acabar com a corrupção. Seria necessário ter um sistema político mais eficiente, uma reforma política consistente, meios de fiscalização mais rigorosos. É preciso que o Ministério Público e a Polícia Federal façam uma maior fiscalização”.

Gilson Martins de Melo, técnico judiciário do TRF



O Brasil nunca deixou de ser dependente. Somos praticamente uma colônia americana, dependemos da economia americana para sobreviver. Seria bom nos livrarmos dessa dependência comercial, mas para isso são necessárias mudanças na estrutura econômica, política, social e cultural. Nós somos muito novos, não temos uma cultura nossa, própria”.

Maria Aparecida Lima da Silva, técnica judiciária do TRF

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ - ACQ

COISAS & CASOS

na justiça



**ABAIXO O
GALIMATIAS**

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) está promovendo uma campanha para convencer juízes, procuradores e advogados a trocar os termos obscuros do jurídico por linguagem de gente. Segundo o presidente da entidade, juiz Rodrigo Collaço, “a simplificação da linguagem jurídica é fundamental para a aproximação dos agentes do Direito com a população. Essa campanha não pretende vulgarizar a linguagem, mas evitar os exageros que afastam a Justiça da sociedade”. A juíza Andréa Pachá cita exemplos: “Homicídio sempre será homicídio, peculato é peculato. No entanto, cadeia não é ergástulo público nem cártula chéquica pode ser usada para substituir cheque”.

Os juízes e estudantes de Direito com sugestões para fazer avançar a campanha poderão ganhar prêmios concorrendo aos dois concursos abertos pela AMB, com prazo de inscrição até 4 de novembro. Informações pelo telefone (61) 2103-9019.



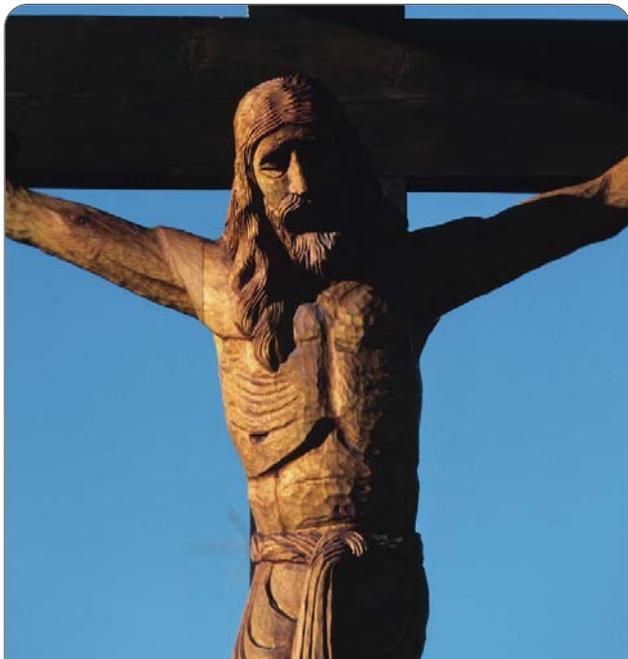
Analfabetismo funcional

Apenas 26% da população brasileira na faixa de 15 a 64 anos de idade são plenamente alfabetizados. Desse total, 53% são mulheres e 47%, homens. E 70% são jovens de até 34 anos. Ou seja, cerca de 74% da população não consegue ler nem escrever de maneira satisfatória. A percentagem inclui os analfabetos absolutos (sem qualquer habilidade de leitura e escrita) e os 68% considerados analfabetos funcionais, com dificuldades para compreender e interpretar textos. Os dados foram apurados pelo Instituto Paulo Montenegro e constam do 5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), pesquisa nacional realizada pelo Ibope Opinião.

Pouco desenvolvimento humano

O Brasil se manteve na 63ª posição entre 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano de 2005 (com base em dados de 2003) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No índice que varia entre 0 (mínimo desenvolvimento) e 1 (máximo), o País passou de 0,790 a 0,792. A pequena variação aconteceu nas áreas de saúde e educação, pois a taxa de matrícula nas escolas subiu de 90% para 91% e a expectativa de vida, de 70,2 anos subiu para 70,5 anos. Em compensação, a renda caiu. A taxa de alfabetização permaneceu estável (88,4% da população). Mas o Brasil continuou entre os piores do mundo no quesito *desigualdade social*. O estudo do PNUD mostra que os 10% dos brasileiros mais ricos abocanham 46,9% da renda nacional, enquanto os 5% mais pobres





Estado & Religião

O juiz Roberto Arriada Lorea, da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central de Porto Alegre, está propondo a retirada dos crucifixos das salas de audiência do Judiciário. Para o juiz, símbolos religiosos nas paredes dos tribunais ferem o artigo 19 da Constituição Federal, que veda relações de dependência entre o Estado e as instituições religiosas. Mestre e doutorando em antropologia social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Lorea afirmou à *Folha de S. Paulo* que “pesquisas mostram que 85% dos próprios católicos são favoráveis à separação entre Igreja e Estado. O que vemos, porém, é que há, sim, uma aliança simbólica. A maior prova é a reação que a Igreja Católica tem quando falo de minhas idéias”.

Quando a lei estiver contra nós, devemos argumentar com os fatos. Quando os fatos estiverem contra nós, devemos argumentar com a lei. Quando a lei e os fatos estiverem contra nós, devemos procurar outro advogado.

Anônimo, citado em “Frases Geniais que você gostaria de ter dito”, de Paulo Buchsbaum, Ediouro, Rio, 2004.



A novela da Escola Base

A Rede Globo acaba de ser condenada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a pagar R\$ 1,35 milhão para reparar os danos morais sofridos pelos donos e pelo motorista da Escola Base de São Paulo. Icushiro Shimada, Maria Aparecida Shimada e Maurício Monteiro de Alvarenga deverão receber, cada um, o equivalente a 1,5 mil salários mínimos (R\$ 450 mil). Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e a revista *Isto É* foram condenados pela mesma razão. Esses veículos publicaram, em março de 1994, reportagens envolvendo seis pessoas na prática de abuso sexual contra alunos da Escola. As matérias foram baseadas em fontes oficiais e em depoimentos de pais de estudantes. Quando se revelaram falsas, a escola já havia sido depredada pela população, os donos estavam falidos e eram ameaçados de morte. O TJ de São Paulo, que tomou a decisão de condenar a Rede Globo por unanimidade, entendeu que a imprensa deve ter mais cuidado na veiculação de fatos ofensivos à dignidade e aos direitos de cidadania. ■



**CENTRO
JURÍDICO
SINDJUS**

O Centro Jurídico nasceu para defender você. E vai estar do seu lado sempre que for preciso, prestando assessoria gratuita nas áreas administrativa, cível, penal e familiar, com o máximo de agilidade, informando sobre os processos através do site ou telefone. O Centro Jurídico é uma grande conquista. Se você ainda não é associado, já sabe o que está perdendo.



SINDJUS-DF
15 anos